

BASTOS, M. J. M. ; RUST, L. D. *Translatio Studii*. A História Medieval no Brasil. *Signum*, 10, p. 163-188, 2009.

"TRANSLATIO STUDII". A HISTÓRIA MEDIEVAL NO BRASIL

Leandro Duarte Rust (UFF)

Mário Jorge da Motta Bastos (UFF)

Há cerca de seis anos, Alain Guerreau pretendeu sacudir as bases de uma medievalística francesa que, deitada em berço esplêndido, sucumbida ao marasmo, insistia em manter-se alheia ao que lhe parecia consistir na maior das crises jamais insinuada ou vivenciada por este campo do conhecimento histórico. Em *L'Avenir d'Un Passé Incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XIIe siècle?*¹, o autor, apesar do manifesto pessimismo do título, e sob a forma de uma resposta às vozes desesperançadas que proclamaram a "crise derradeira da História", reafirma globalmente a sua importância como instrumento para a compreensão das sociedades humanas e, particularmente, as exigências de renovação que se impõem à história daquela fatia de duração que se convencionou chamar Idade Média. Pretendendo conferir um caráter pragmático à sua obra, Alain Guerreau a conclui com uma exposição crítica de "doze teses" que articulam, numa visão de conjunto, "os pontos nodais em torno dos quais é possível pensar em uma reestruturação da disciplina". Antes de firmá-las, denuncia os malefícios causados pela separação das "escolas nacionais" historiográficas ao pleno desenvolvimento daquele campo de estudos, prenunciando que "a medievalística do século XXI será, por força e por tal razão, uma **ciência européia.**"²

Uma tal afirmação programática, vigorosa e, sob certos aspectos, essencial à amplitude e à expansão da disciplina, encerra, contudo, paradoxalmente, uma aparente proposição restritiva que requisita aos europeus a ascendência, se não o patrimônio exclusivo, de uma vastíssima temporalidade – o que está aqui em jogo não é, enfim, o futuro incerto de um passado, cujo revigoramento demanda iniciativas e intervenções que se efetivem no presente em curso? Exagero de perspectiva? Pode ser.

Mas é impossível deixar de considerar como esta premissa parece fazer ecoar, cerca de vinte anos passados, o vaticínio de uma renomada historiadora brasileira, divulgado em 1982, nas páginas iniciais da apresentação de um livro então publicado no Brasil e dedicado à História Medieval.³ Com o tom grave e compungido de quem atesta uma impossibilidade, asseverava que as nossas universidades [brasileiras] jamais formariam um especialista em História Medieval, por tratar-se esse de um passado que não nos pertencia e que nos era "alheio" por razões diversas. Restar-nos-ia, apenas, ministrar, conformados, cursos honestos, se é que tal paroxismo é possível. Pouco mais de vinte anos passados, as expressões do quadro atingido pelos estudos medievais no Brasil parecem querer nos lembrar quão incertas costumam ser as posições de arautos e profetas! Mais do que instruir o processo e formular a denúncia, o objetivo primordial deste artigo consiste em promover uma espécie de "mapeamento do campo", considerando as principais tendências, vertentes, avanços, limites, dificuldades e perspectivas de futuro da história de um passado cujo vigor no país, se mensurado com base no apelo associativo que mantém a Associação Brasileira de Estudos Medievais, afirma-se em progressão geométrica. E, tendo em vista o fato de que ela consubstancia um capítulo importante dessa história, não é demais pautar as páginas que se seguem por uma breve resenha da constituição e da trajetória da ABREM.

¹ A. GUERREAU, *L'Avenir d'Un Passé Incertain. Quelle histoire du Moyen Âge au XIIe siècle?* Paris, Éditions du Seuil, 2001. Consultamos a tradução espanhola: *El futuro de un pasado. La Edad Media em el Siglo XXI*. Barcelona, Crítica, 2002.

² *Ibidem*, p. 213 (**grifo nosso**).

³ Trata-se da coletânea organizada por J. PINSKY, *Modo de Produção Feudal*, São Paulo, Global, 1982.

A *Associação Brasileira de Estudos Medievais*, constituída em 22 de março de 1996, é uma entidade civil sem fins lucrativos, com sede nacional, atualmente, no Rio de Janeiro. Dentre as finalidades primordiais da Associação destacam-se, sempre em relação aos estudos dedicados à Idade Média, o incentivo à pesquisa e ao ensino, a promoção, a divulgação e o intercâmbio da produção científica respectiva, entendida na sua interdisciplinaridade, além do apoio e estímulo aos contatos entre os especialistas brasileiros e estrangeiros, visando à atualização e o desenvolvimento da produção do conhecimento em nossa área de especialização. A ABREM congrega atualmente cerca de quatrocentos e cinquenta sócios, em meio aos quais se destacam diversas associações internacionais de reconhecido prestígio, como o *Center for Medieval and Renaissance Studies* (EUA), o *Centre Europeen D'Art et de Civilisation Medievale* (França), o *Centro de Estudos Históricos* (Portugal), o *Centro de Estudios Medievales* (Argentina), o *International Medieval Institute Parkinson 103* (Inglaterra), e o *Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo* (Itália). Seu Conselho Consultivo foi integrado por medievalistas renomados como os Doutores Vicente Beltrán (*Universidade de Barcelona*) e o finado A. H. de Oliveira Marques (*Universidade Nova de Lisboa*).

Visando atingir os fins aos que se propõe, a associação vem promovendo, sistematicamente, desde sua fundação, atividades e iniciativas diversas, como reuniões científicas de caráter internacional, cursos, palestras, conferências, seminários e publicações. Nesse último campo de atividade, merece especial referência a publicação sistemática, desde 1999, do periódico anual da ABREM, atualmente em seu décimo número, a **Revista *Signum***: periódico de excelente nível, manifesto tanto no que diz respeito à qualidade da edição (papel, impressão e projeto gráfico) quanto no que se refere à riqueza do conteúdo que compõe as suas páginas. Mas a principal atividade, regular e crucial à realização dos objetivos da associação, tem lugar a cada dois anos em diferentes centros universitários do país. Trata-se dos encontros internacionais da ABREM que, realizados sob direta orientação da associação, e contando com o trabalho e a dedicação dos associados, além do apoio das universidades às quais estão vinculados, os *Encontros Internacionais de Estudos Medievais* constituem-se no principal foro nacional de reunião de especialistas brasileiros e estrangeiros.

À ABREM compete, pois, acima de tudo, apoiar e articular, nacionalmente, as manifestações diversas que, em cada canto do país, são responsáveis pela consolidação da área de estudos medievais no Brasil, e que se configuram, de forma plena, nos diversos centros, programas e laboratórios de pesquisa instituídos no âmbito de nossas universidades.⁴ A esta altura parece-nos possível considerar que à associação nacional impõe-se, tendo cumprido com êxito a sua função histórica original – constituir um fórum que concedesse visibilidade às iniciativas “individuais e isoladas” – a reavaliação e redefinição de seu papel, assumindo, possivelmente, a condição de núcleo agregador orientado, em suas ações e promoções, por uma fina sintonia a ser mantida com os vários centros nacionais de pesquisa, visando à sua articulação.

A rigor poder-se-ia afirmar que os meados da década de noventa constituíram o contexto da afirmação do direito de cidadania histórica dos estudos medievais no Brasil,

⁴ Dentre eles o *Grupo de Estudos Medievais*, criado em 1999, que reúne estudantes e profissionais de várias instituições do Rio Grande do Sul; o *Laboratório de Estudos Medievais* (LEME), que congrega profissionais e estudantes da USP e da UNICAMP; o *Núcleo de Estudos Antigos e Medievais* (NEAM), que também no âmbito do Estado de São Paulo reúne, desde 1999, profissionais e estudantes da UNESP; o *Núcleo de Estudos Mediterrânicos* (NEMed), criado na Universidade Federal do Paraná, em 2002; o *Programa de Estudos Medievais* (PEM), fundado em 1991 na UFRJ; o *Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos* (Scriptorium), atuante na UFF desde 1988; o *Grupo de Estudos em Antiguidade e Idade Média do Paraná e Santa Catarina* (GEAMPAR/SC), e o *Grupo de Estudos Transformações Sociais e Educação nas épocas Antiga e Medieval* (GETSEAM), constituído no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (Paraná), entre outros.

configurando-se as atas de fundação da ABREM como uma espécie de atestado de reconhecimento institucional. Mas, em metáfora cara àquela civilização agrária, os frutos então colhidos resultaram de uma sementeira levada a efeito em condições precárias, o que só faz realçar o esforço e a criatividade de seus promotores. Parece-nos razoável vincular os primeiros passos dessa longa trajetória à própria constituição da estrutura universitária no Brasil, tendência de base que viria a constituir uma característica perene da pesquisa científica em nosso país: a universidade é o seu âmbito primordial, quase exclusivo, em que pesem os esforços continuados do poder público visando o seu desmantelamento. Assim, em 1934 foi criada a primeira instituição que abrigaria a História Medieval em seus quadros, a Universidade de São Paulo,⁵ favorecida por missões científicas originárias da Alemanha, da Itália e, em especial, da França, integrada por futuros expoentes como Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Émile Coornaert e Jean Gagé. Esse último, um especialista em História da Antiguidade, tomou a seu encargo a orientação dos primeiros trabalhos dedicados à Idade Média realizados no Brasil, dentre os quais a tese pioneira de doutorado, defendida por Eurípides Simões de Paula em 1942. Seguiram-lhe as teses de Eduardo d'Oliveira França e de Pedro Moacyr Campos, de 1945. Esse último assumiria, em 1950, naquela universidade, a condição de primeiro responsável pela disciplina de História Medieval, curso regularmente ministrado desde então, a despeito das limitações extremas na época, em especial de acesso à documentação.

Apesar da formação marcadamente germânica de Moacyr Campos, as pioneiras expressões do "medievalismo" brasileiro permitem antever uma tendência fadada a largo futuro, isto é, a orientação marcadamente francesa que caracterizou a nossa historiografia desde os seus primórdios. Essa observação nos remete a uma perspectiva que, mercê da obra de Jérôme Baschet, deveria nos auxiliar no restabelecimento de um vigoroso quadro de referências olvidado pela historiografia nacional, que padece da estranha, terrível e contraditória endemia que atinge a tribo dos historiadores, o mal do esquecimento de seus clássicos. Será que estamos fadados à eterna necessidade de que os franceses venham nos redimir? Em se tratando, a História Medieval, de um campo de conhecimento ainda marcado, no Brasil, como veremos, por um verdadeiro paroxismo – ao inegável e crescente interesse que a área mobiliza contrapõe-se o seu contestado status e limitado reconhecimento no âmbito de nossos departamentos e universidades, por tratar-se de um passado que não nos pertenceria – talvez fosse conveniente, para usar uma imagem célebre, portarmo-nos um pouco como anões erguidos sobre as costas de gigantes.

Como conceber que essa história não nos diz respeito? Assumir uma tal perspectiva constitui, inclusive, visão estreita e limitada incompatível com a amplitude "visionária" dos pioneiros historiadores ensaístas brasileiros que, voltados à conceituação e caracterização de nosso passado e herança coloniais, não hesitaram em debruçar-se com afinco no estudo da estruturação feudal das metrópoles européias à época da conquista. Dentre estes, merecem destaque as teses de Nelson Werneck Sodré e, em especial, aquelas devidas a Alberto Passos Guimarães, na medida em que atribuem ao sistema colonial um caráter feudal, cujos resquícios, duradouros – mazelas de longa duração – seriam responsáveis pelo nosso atraso e subdesenvolvimento.⁶

No alvorecer da década de sessenta, o Partido Comunista Brasileiro, apoiado na vertente leninista do marxismo e nas teses da III Internacional⁷, caracterizava a sociedade brasileira como semi-colonial e semi-feudal. Na perspectiva de seus principais teóricos, ao

⁵ Para estes dados ver, de H. FRANCO JÚNIOR e M. J. da M. BASTOS, "L'histoire du Moyen Âge au Brésil", *Bulletin du Centre d'études médiévales*, 7, Auxerre, 2002-2003, pp. 125-131.

⁶ Ver M. M. M. MOTTA, "Caindo por terra (historiografia e questão agrária no Brasil)", em Noemí Girbal-Blacha y Marta Valencia (eds.), *Agro, Tierra y Política. Debates sobre la Historia Rural de Argentina y Brasil*, Buenos Aires, REUN, 1998, pp. 65-79.

⁷ Para a discussão do modelo democrático burguês, inserindo-o na análise acerca da economia política brasileira, ver G. MANTEGA, *A Economia Política Brasileira*, São Paulo, Polia, 1984.

Brasil impunha-se uma revolução democrático-burguesa que viesse a livrá-lo tanto dos representantes do Imperialismo, base de apoio dos latifundiários nacionais, quanto dos entraves decorrentes dos “restos feudais” herdados dos séculos anteriores. Estabelecida a premissa, Nelson Werneck Sodré⁸ buscava, em sua obra, circunscrever os elementos determinantes de nosso subdesenvolvimento. A sociedade brasileira dos anos cinquenta estaria ainda marcada pela servidão de grande parte da população fixada no campo, manifestação típica do feudalismo que se inserira no país às margens do regime escravista exportador⁹. A decadência da produção escravista e a própria abolição da escravatura, por não alterarem substancialmente a forma de apropriação da terra, teriam promovido o fortalecimento e a ampliação da dominação feudal no campo. Nem mesmo a maciça imigração de trabalhadores de fins do século XIX seria capaz de transformar as relações de trabalho, persistindo o latifúndio como forma social dominante em meio a um regime caracterizado pela servidão dos trabalhadores rurais.¹⁰

Caberia, contudo, a Alberto Passos Guimarães a versão mais elaborada do feudalismo brasileiro.¹¹ Segundo o autor, ainda que o regime feudal estivesse em pleno processo de desagregação na metrópole, e a despeito do importante papel desempenhado, na colonização de nosso país, pelo capital comercial, esse não teria imposto à sociedade colonial as características da economia mercantil. Nesse caso, o capital comercial acabou submetido à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa.

A grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio.¹²

Concentrando-se criticamente nas análises de Roberto Simonsen¹³, que além de negar o caráter feudal do regime econômico implantado no Brasil colonial considera extinto o próprio feudalismo, em Portugal, em princípios do século XVI, o autor insiste na centralidade do sistema de produção para a definição do regime. No Portugal quinhentista, a principal fonte de produção de bens materiais era, ainda, a agricultura, e feudal a ordem de produção vigente. Contudo, impossibilitado de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve de regredir ao escravismo, o que – assim como as demais alterações historicamente impostas à colônia – foi suficiente para diluir seu caráter feudal:

Muito freqüentemente as formas escravistas entrelaçaram-se com as formas servis de produção: o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados. Desse modo, o regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho. Não faltava aos senhorios coloniais a massa de moradores “livres” ou de agregados, utilizados nos serviços domésticos

⁸ Membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, criado na década de 1950, Sodré incorporou, ao contrário de seus colegas, a visão stalinista da evolução da história. Ver C. TOLEDO, *ISEB: Fábrica de Ideologia*, São Paulo, Ática, 1982.

⁹ N. W. SODRÉ, *História da Burguesia Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

¹⁰ O autor, que em trabalhos anteriores partilhara a tese do “capitalismo colonial”, como em *As Classes Sociais no Brasil*, reformulou seu ponto de vista, ressaltando as características feudais da economia da sociedade brasileira. Ver *Formação Histórica do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

¹¹ A. P. GUIMARÃES, *Quatro Séculos de Latifúndio*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981 (primeira edição em 1963).

¹² *Ibidem*, p. 23.

¹³ R. C. SIMONSEN, *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Nacional, 1937.

ou em atividades acessórias desligadas da produção, os quais coloriam o pano de fundo do cenário feudal.¹⁴

Em 1964, um golpe militar apoiado pela burguesia pôs fim ao sonho de um país marcado por melhor distribuição de renda e de terra, ou ao menos o amorteceu até que o Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra viesse a reavivá-lo em novas bases. Os intelectuais do Partido Comunista Brasileiro viam cair por terra seus pressupostos teóricos, consubstanciados em sua prática política.¹⁵ Ainda que ressaltassem aspectos importantes do nosso universo rural¹⁶ – dentre eles, a importância dos conflitos agrários, desde o século XIX, e da luta pelo acesso à terra – os partidários do “feudalismo brasileiro” tenderam a exagerar as semelhanças superficiais existentes entre a grande propriedade colonial e o domínio medieval, de forma alguma ligadas às relações de produção.¹⁷

No que se refere à História Medieval, novo ímpeto, de certo agora mais efetivo, frutífero e duradouro, teria lugar nos anos oitenta do século passado, marcados por uma verdadeira “procura da Idade Média”, decorrente de uma “nova missão intelectual francesa chegada ao Brasil”! Graças, inicialmente, às traduções portuguesas, a Nova História invadiu o meio acadêmico. Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros, tornaram-se referências obrigatórias nas bibliografias dos cursos universitários, em especial das disciplinas relativas à História Medieval, que passou a suscitar o interesse crescente dos estudantes. E foi essa demanda em expansão que fez constituir-se, em fins da mesma década, o primeiro setor dedicado à História Medieval no âmbito de um programa de pós-graduação brasileiro (Setor de História Antiga e Medieval do PPGH – UFF). Assim, em cerca de vinte anos, já é possível destacar que a elaboração de dissertações e teses dedicadas ao Medievo ultrapassa os números relativos à áreas de estudo mais tradicionais em nosso país, como as de História Antiga e História da América.

Em que pese o vigor expresso, a História Medieval nos atingiu, em grau elevado, como mais uma “grande novidade proveniente de Paris”, e foi recebida e celebrada, ademais, em meio a uma estrutura universitária brasileira indelevelmente marcada pelos então recentes “anos de chumbo”, fatores que, como veremos, ajudam a explicar certas tendências desde então predominantes. Assim, por exemplo, no discurso de auto-realização nacional na modernização capitalista - proclamado a plenos pulmões pelo regime militar - reside parte dos fundamentos históricos que fazem com que a freqüente cobrança feita aos estudos medievais, isto é, de que se justifiquem das acusações de propiciar nada além de um gosto inerte pela conservação e veneração tradicionalistas, não seja apenas uma “idéia fora de lugar”. Tal exigência retrata o peso que se faz sentir nos ambientes acadêmicos nacionais de um recente “fardo de História”: o período da Ditadura Militar. Durante cerca de duas décadas, a política educacional do regime ditatorial brasileiro institucionalizou o elogio do modelo curricular tecnocrata, cuja contra-partida era um sistema educacional tão pródigo em proezas técnicas quanto deficiente em perspectivas humanísticas. Um resultado perceptível desta transformação foi uma certa fetichização do caráter utilitário do saber, e foi no interior deste veio tecnocrata que o axioma da aplicabilidade objetiva e diretamente comprovável foi alçado à condição de parâmetro cardeal da apreciação da “importância”, da “relevância” de um conhecimento produzido. Em suma, o projeto educacional patrocinado pelo regime militar brasileiro abrigou e nutriu a premissa de que não é suficiente certificar a

¹⁴ A. P. GUIMARÃES, *Quatro Séculos ...*, *op. cit.*, p. 29.

¹⁵ C. PRADO JÚNIOR, também membro do partido, negava, contudo, que o país apresentasse características feudais, ressaltando seu caráter capitalista, manifesto desde as origens. Ver, do autor, *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1972.

¹⁶ Segundo M. M. M. MOTTA, “Caindo por terra...”, *op. cit.*, p. 79.

¹⁷ Ver, de C. F. S. CARDOSO, as “Observações sobre o “Dossier” preparatório da Discussão sobre o Modo de Produção Feudal”, em C. PARAIN *et al.*(EDS.), *Sobre o Feudalismo*, Centre d’Études et Recherches Marxistes, Lisboa, Editorial Estampa, 1978, p. 71.

cientificidade de um saber, mas deve-se, acima de tudo, atestar sua razão última e fundadora de portador de um “valor” empiricamente verificável.¹⁸

Porém, há mais. Pois, no que diz respeito aos historiadores, a política educacional dos anos da ditadura repercutiria de maneira mais específica. Sob o propósito de uma despolitização do ensino de História, de levar a cabo uma espécie de “saneamento curricular” do saber então visto como intrinsecamente tendente à mobilização coletiva, promoveu-se um esvaziamento do estudo da História Contemporânea em favor de um cultivo de passados tidos como mais distantes, antigos, monumentais, e, conseqüentemente, destituídos de uma comunicação direta com o mundo hodierno, menos pedagógicos ao agir, ou, se assim se preferir, supostamente menos propensos a vivificar e revolver o tempo presente da realidade brasileira. Parafraseando Friedrich Nietzsche, poderíamos dizer que no vigor da herança tecnocrata do sistema educacional do “milagre brasileiro” repousa boa parte das razões que alimentam o (pré)conceito de que produzir História Medieval deste lado do Atlântico é tomar posse de uma espécie de “ferro-velho ancestral”, de um passado que poderíamos conservar, mas a partir do qual não poderíamos engendrar nenhuma espécie de presença, nenhum serviço à vida coletiva; um saber que nos imiscui no bolor e no antiquarismo acadêmico e paralisa o estudo de nossa história no nível de uma paixão mumificada por aquilo que não mais pode nos pertencer.¹⁹ A resultante desta atmosfera:

Até o fim da década de 90 haviam poucos doutores especializados em Idade Média atuando nas instituições de ensino superior do Brasil; eram raros os títulos sobre o medieval publicados por editoras brasileiras; não circulavam periódicos nacionais especializados exclusivamente no medieval; as bibliotecas universitárias praticamente não possuíam em seus acervos periódicos e livros sobre temáticas medievais; não existia uma associação que agregasse, em nível nacional, os interessados no ensino e na pesquisa da Idade Média; núcleos de medievalistas locais e/ou regionais eram praticamente inexistentes.²⁰

Mas, como mencionamos, se à pesquisa em História Medieval interpunha-se esta “herança de ferro”, sua institucionalização nas universidades brasileiras contaria com um poderoso aliado: a sonora difusão da chamada “História das Mentalidades”. O estabelecimento institucional duradouro de uma historiografia medieval brasileira especializada encontrou grande fôlego no postulado - amplamente divulgado, sobretudo, nos anos 1980 - de que realizar pesquisas versadas sobre Idade Média equivalia, em larga medida, a vincular-se a essa modalidade de escrita sobre o passado que revolve os canteiros historiográficos da Índia ao Canadá, do Japão ao Chile.²¹

Além de favorecer-se do êxito alcançado pela divulgação de obras como “*O Homem Diante da Morte*” e “*Montaillou*”, por muitos recebidas como expressões de um potencial ainda por explorar de renovação da operação historiográfica em sua totalidade, as pesquisas dedicadas à História Medieval encontrariam junto aos aportes teóricos encampados pela “História das Mentalidades” uma generosa matriz de recursos para suas estratégias de legitimação científica. Postulados como o de que “*a mentalidade é, ela mesma, uma estrutura, um tempo longo*” ou ainda de que “*o historiador de mentalidades encontra-se*

¹⁸ S. P. ROUANET, *As Razões do Iluminismo*, São Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 124-146, 304-330.

¹⁹ O trecho em questão parte de uma livre paráfrase de diversas passagens do célebre texto “Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida”, em IDEM, F. NIETZSCHE, *Escritos sobre História*, Rio de Janeiro, EdPUC/Loyola, 2005, pp. 67-178.

²⁰ A. C. L. F. da SILVA, “Reflexões sobre o uso da categoria gênero nos estudos de História Medieval no Brasil (1990-2003)”. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 11, n. 14, pp. 87-107, 2004.

²¹ F. DOSSE, *A História em Migalhas*, Bauru, EdUSC, 2003, p. 266-267; A. GUREVICH, *A Síntese Histórica e a Escola dos Anais*, São Paulo, Perspectiva, 2003; L. HUNT, “French History in the Last Twenty Years: the rise and fall of the Annales paradigm”, *Journal of Contemporary History*, Cambridge, v. 21, n. 02, 1986, pp. 209-224.

muito particularmente com o psicólogo social;²² ofereciam perspectivas – timbradas com o respaldo de um capital científico então inflacionado - por meio das quais os medievalistas poderiam contornar o monitoramento tecnocrata do conhecimento e alcançar uma legitimidade sancionada pela própria pragmática da ciência historiográfica brasileira.²³

Desde então, a legitimidade da pesquisa brasileira em História Medieval tem sido decisivamente redimensionada.²⁴ Assumindo as feições acadêmicas de tentativas de vasculhar o *modus faciendi* do homem ocidental, as investigações dedicadas ao medievo desvencilharam-se da premissa de que, para resguardar alguma validade científica, elas jamais deveriam cruzar os limites de nossa filiação ibérica. Desde então, tem sido diluída em seu valor de uma “norma acadêmica” tácita, a prescrição de que o único passado medieval que poderíamos percorrer de maneira legítima era aquele que, “objetivamente”, havia desembarcado na colônia com as caravelas ibéricas.

Foi esse um papel largamente exercido pelas obras de Hilário Franco Júnior. De sua produção sobressai uma Idade Média profunda e duradoura, cujo devir, tal como um domínio histórico matricial, estabeleceu os moldes fundadores da vida coletiva ocidental. Inconsciente e milenar, o mundo medieval é, nos estudos de Franco Júnior, a matéria-prima com que se avivou a Modernidade:

Diante da crise atual dessa civilização [ocidental cristã], cresce a necessidade de se voltar às origens, de refazer o caminho, de identificar os problemas. Enfim, de conhecer a Idade Média para conhecer melhor os séculos XX-XXI e (...) admitir que as estruturas modernas são, no fundamental, medievais.²⁵

Manejando um amplo repertório teórico-metodológico de teor estruturalista, Franco Júnior empenha-se em promover o conceito de uma *civilisation médiévale* legatária de uma carga de História que, plurissecular e infraconsciente, modula práticas e representações à revelia de limites geográficos e predicacões nacionais. O passado medieval é, sob este prisma, portador de um imprescindível quinhão da sintaxe histórica que rege toda a vida e identidade ocidental.²⁶

²² Ambos retirados de J. LE GOFF, “As Mentalidades”, em IDEM e P. NORA (eds.), *História: novos objetos*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995, p. 70.

²³ Esta argumentação, em particular, inspira-se nos clássicos ensaios de sociologia da ciência de Pierre Bourdieu. Ver P. BOURDIEU, “O Campo Científico”, em R. ORTIZ (ed.), *Pierre Bourdieu*, São Paulo, Ática, 1983, pp. 122-155; P. BOURDIEU, *Os Usos Sociais da Ciência*, São Paulo, UNESP, 2004.

²⁴ Não nos orienta a pretensão de esmiuçar, no balanço crítico que se segue, **toda a produção historiográfica nacional** relativa à nossa área de estudos, nem a de considerar **todos os trabalhos publicados entre nós**, mas tão somente pretendemos caracterizar, exemplificando-as, as principais correntes e vertentes que nos parecem balizar o campo relativo à História Medieval constituído no Brasil, em especial nas últimas duas décadas.

²⁵ H. FRANCO JÚNIOR, *A Idade Média: Nascimento do Ocidente*, São Paulo, Brasiliense, 2001, p. 155. Ver ainda, do mesmo autor, *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 196-226; *O Ano 1000*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, e *As Utopias Medievais*, São Paulo, Brasiliense, 1992.

²⁶ Portanto, empregamos um conceito de “estruturalismo” de grande elasticidade e abrangência: trata-se do prisma epistemológico que concebe as diferentes *realia* vinculadas à vida humana como constituídas por componentes sistêmicos intersubjetivos que conferem uma inteligibilidade universal às diversas ocorrências, eventos e ações. Os quais têm, assim, sua aparência de arbitrariedade, contraditoriedade e aleatoriedade dialeticamente superada por um *índice de natureza humana* - matricial e classificatório - suscetível a inesgotáveis modalidades combinatórias. Ver: I. DOMINGUES, *Epistemologia das Ciências Humanas*, São Paulo, Loyola, 2004. Desta forma, o conceito pode ser estendido tanto aos que abordam as “estruturas” como repertórios de possibilidades relacionais da natureza humana, como o fez Claude Lévi-Strauss em relação ao tema das relações de parentesco, tanto quanto a outros para os quais elas possuem um “conteúdo” preciso, como é o caso de Sigmund

Desta forma, a pesquisa em História Medieval credenciava-se para cumprir um papel decisivo no meio acadêmico brasileiro, já que o medievalista mostrava-se apto para tomar a palavra em um debate considerado por muitos o centro nevrálgico de toda nossa tradição intelectual: ele mostrava-se capaz de recolocar, nos termos específicos de suas novas competências e problemáticas, o tema do processo histórico de formação da identidade e sociedade brasileiras.²⁷ Portanto, entre outras contribuições, Franco Júnior certificou como os Estudos Medievais são capazes de apontar outros ângulos para questões que recrutaram nomes como Gilberto Freire,²⁸ Sérgio Buarque de Holanda²⁹, Caio Prado Júnior³⁰ e Raymundo Faoro.³¹

Portanto, quer na pragmática da escrita da História, quer em suas estratégias de afirmação institucional, a medievalística brasileira acolheu a *Nouvelle Histoire* como seu "paradigma forte". Vinculação que cravaria implicações decisivas e, em alguns casos, nem sempre louváveis. Eis, a seguir, uma delas.

Lá se vai um bom número de décadas desde que os historiadores, acolhendo o postulado de que o saber histórico está selado pela condição inelutável de ser instaurado como modalidade de auto-reconhecimento,³² se familiarizaram com o fato de que cada geração reinventa o legado historiográfico que assume como seu patrimônio intelectual presente. Porém, trasladada para o caso da medievalística brasileira esta "reinvenção" costuma se restringir, sobremaneira, aos limites historiográficos demarcados pelos *nouveaux*. Ou seja, os autores freqüentemente vinculados ao conceito de *mentalités* ditaram as linhas de força sobre as quais foi modelado o processo de apropriação de uma "tradição historiográfica medievalista" nas universidades nacionais. Com isso não só os medievalistas brasileiros se habituaram, em sua formação, a encarar como obrigatório o diálogo com autores como Aaron Gurevitch, Georges Duby ou Jacques Le Goff, como se acostumaram a tratar como "clássicos" aqueles que foram configurados e consagrados por estes mesmos autores como "fundadores do campo". Daí, por exemplo, o dado corrente de que ao realizar os seus "balanços bibliográficos" ou "revisões historiográficas" as pesquisas especializadas em História Medieval conduzidas no Brasil freqüentemente partem de Marc Bloch³³ ou de

Freud e sua visão de um inconsciente preenchido por diferentes pulsões. Para os autores citados ver, respectivamente: C. LÉVI-STRAUSS, *Estruturas Elementares do Parentesco*, Petrópolis, Vozes, 2005; S. FREUD, *Totem e Tabu*, Rio de Janeiro, Imago, 1999.

²⁷ J. C. REIS, *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*, Rio de Janeiro, FGV, 1999; L. D. MOTTA, *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*, São Paulo, Senac Editora, 2001. Quanto às investidas de H. Franco Júnior sobre esta problemática, é emblemático o capítulo "O significado da Idade Média", no já mencionado *A Idade Média: Nascimento do Ocidente*. Acerca da noção de tempo histórico que fundamenta seus estudos ver o significativo: FRANCO JUNIOR, "O Fogo de Prometeu e o Escudo de Perseu: Reflexões sobre mentalidade e imaginário", *Signum*, n. 05, 2003, pp. 73-116.

²⁸ G. FREIRE, *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro, Record, 2001.

²⁹ S. B. HOLANDA, *Raízes do Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 1999.

³⁰ C. PRADO JÚNIOR, *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 2000.

³¹ R. FAORO, *Os Donos do Poder*, Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo e Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

³² Este mesmo princípio aparece, na imensa maioria das vezes, veiculado na forma do conhecido enunciado de que "toda história é história contemporânea". Ver: B. CROCE, *História como História da Liberdade*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2006; R. G. COLLINGWOOD, *Idea de la Historia*, México, Fondo de Cultura Económica, 1952.

³³ O caminho aberto por este em *Os Reis Taumaturgos: O Caráter Sobrenatural do Poder Régio*, França e Inglaterra, São Paulo: Companhia das Letras, 1993 (original de 1924), influenciou diversos trabalhos desenvolvidos no Brasil, com destaque para a tese de Doutorado em História Social de R. de O. ANDRADE FILHO, *Imagem e Reflexo. Religiosidade e Monarquia no Reino Visigodo de Toledo (séculos VI e VII)*, São Paulo, USP, 1997.

Jules Michelet, mas menos numerosas são as vezes em que retomam Frederic W. Maitland ou mesmo Carl Eardmann.³⁴

Contudo, ao contrário do que nossa argumentação tenha, por ventura, até aqui sugerido, a pesquisa brasileira em História Medieval pouco tem de unívoca e compacta. Poucas caracterizações seriam mais artificialmente convencionais. Após abocanhar uma fatia substancial - mesmo que insaciavelmente modesta - do amparo institucional destinado à pesquisa científica no país, os estudos especializados em História Medieval expandiram, diversificando-se e fortalecendo-se como um território plural e polissêmico.

Por certo que há em seu interior pesquisadores para os quais a *Nouvelle Histoire* permanece uma vigorosa referência. Quando seus trabalhos não conservam o emprego conceitual da noção de "mentalidade", eles preservam a preferência por um diálogo interdisciplinar em que a Antropologia e a Psicologia Social (ou mesmo a psicanálise) ocupam lugares privilegiados, adotam parâmetros de circunscrições temáticas característicos dos *nouveaux*, e optam por perspectivas epistemológicas em que a discursividade científica da História - quer de maneira explícita ou implícita - é revolvida em sua dimensão literária. Porém, isto não os impede de revisar outras tantas características da operação historiográfica incorporadas de forma controversa ou mesmo conceitualmente desarticuladas pelos estudos acerca das mentalidades. Nesta perspectiva pode ser incluído Carlos Roberto Figueiredo, cujas obras, versadas sobre temas como o da *bruxaria*, se alinham muito mais junto a Jean Delumeau³⁵ do que a Carlo Ginzburg³⁶ ao manejar recortes temáticos de longa duração e pautá-los sobre a premissa de "inconscientes coletivos". Contudo, tal alinhamento não afastou o autor do propósito de descortinar as relações pelas quais a "mentalidade mágica do Ocidente", tomada em parâmetros estruturais, entrelaçou-se com os processos e eventos que delinearam o estabelecimento de uma "cristandade institucionalizada":

Nosso intuito foi deixar evidenciados os sentidos e as motivações inconscientes destas permanências, e os seus entrecosques com a ortodoxia cristã, bem como seus afloramentos conscientes no plano da participação (voluntária ou acidental) das esferas do mundo mágico, logo, por imposição de uma categoria, da esfera do demoníaco.³⁷

Outro nome que ilustra como os medievalistas brasileiros se empenharam por uma apropriação criativa do legado historiográfico francês dos anos 1960-80 é o de José Rivair de Macedo. Se, por um lado, seus estudos convergem para objetos de pesquisa que despontaram ou permaneceram intimamente vinculados ao inventário investigativo característico dos historiadores das mentalidades - como o "riso",³⁸ o "cotidiano"³⁹ ou as "mulheres"⁴⁰ - , por outro lado, os prismas analíticos adotados não obedecem a uma coincidência tão imediata quanto à *démarche* das mentalidades. É merecedora de especial menção, neste caso, como Rivair se esquivava do princípio de que os processos decisórios de

³⁴ N. CANTOR, *Inventing the Middle Ages: the lives, works and ideas of the great medievalists of the twentieth century*, Nova York, Quill, 1991.

³⁵ J. DELUMEAU, *História do Medo no Ocidente*, São Paulo, Cia das Letras, 1989.

³⁶ C. GINZBURG, *História Noturna*, São Paulo, Cia das Letras, 1991.

³⁷ C. R. F. NOGUEIRA, *Bruxaria e História: as práticas mágicas no Ocidente cristão*, Bauru, EDUSC, 2004, p. 292-293. Ver ainda, do mesmo autor, *Universo Mágico e Realidade. Aspectos de um contexto cultural. Castilla na Modernidade*. Córdoba, Universidad de Córdoba, 1989; *O Nascimento da Bruxaria: da identificação do inimigo à diabolização de seus agentes*, São Paulo, Imaginário, 1995, e *O Diabo no Imaginário Cristão*, Bauru, EDUSC, 2002.

³⁸ J. R. MACEDO, *Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média*. Porto Alegre/São Paulo, EDUFGRS/EDUNESP, 2000.

³⁹ *Ibidem*, "A face das filhas de Eva: os cuidados com a aparência num manual de beleza do século XIII", *História* (Universidade Estadual Paulista- UNESP), v. 17-18, p. 293-314, 1998-1999; *Ibidem*, *Viver nas Cidades Medievais*, São Paulo, Editora Moderna, 1999.

⁴⁰ *Ibidem*, *A Mulher Na Idade Média*, São Paulo, Contexto, 2002.

uma coletividade são todos, de alguma forma, comensuráveis à luz das *mentalités*: em seu estudo sobre a repressão da heresia cátara, o autor distancia-se da perspectiva de que, aos olhos do historiador, a ação social deve refluir para o interior dos "sistemas de crença" ou dos domínios do "simbólico" para alcançar alguma inteligibilidade e reconhece uma ampla margem de irredutibilidade dos processos sociais face ao imaginado.⁴¹ Em termos mais precisos, José Rivair de Macedo veicula a premissa epistemológica de que a cultura não é capaz de subsumir a totalidade social, de que nem todas as tramas decisórias que perpassam a vida em sociedade são potencializadas apenas ao tocar a esfera cultural, podendo pressioná-la ou a ela se impor.⁴² Eis um exemplo:

Em contrapartida, a Cruzada Albigense consistiu numa ação de envergadura do braço secular da Cristandade capaz de instaurar a "paz" valendo-se do gládio material para garantir a restauração da "fé". (...) na sucessão dos acontecimentos, as **conotações religiosas perderam força diante dos interesses materiais**, de maneira que, a partir de 1211, o conflito assumiu os contornos de uma guerra contra a feudalidade meridional (...). Tratava-se justamente de uma superposição dos quadros da elite feudal (...). **(Os grifos são nossos)**.⁴³

Contudo, explorar esta substancial influência exercida pela *Nouvelle Histoire* não significa sugerir que a pesquisa especializada em História Medieval realizada no Brasil cumpre sua órbita acadêmica em torno de um único centro gravitacional. Há algum tempo que, em outros flancos, problemáticas como a do pensamento político e as relações institucionalizadas de poder atraíam especialistas menos inclinados aos empréstimos tomados junto à antropologia⁴⁴ e mais propensos a capitalizar um farto uso de recursos conceituais oriundos da filosofia política clássica. Assim o fez Daniel do Valle Ribeiro, ao tecer em seus escritos⁴⁵ olhares sobre a igreja medieval e as idéias políticas daquele período que, entremeados por nomes como Marcel Pacaut⁴⁶ e H.-X. Arquilière,⁴⁷ retinham muito de uma história intelectual colocada em maus lençóis pelos estudos *annalistes* das mentalidades.⁴⁸

Perspectiva perpetuada e revigorada por Marcelo Cândido da Silva. Mirando este objeto de estudos estigmatizado por décadas à fio como um arauto da "velha história" oitocentista - a análise política do fenômeno do poder -, Marcelo Cândido advoga incursões

⁴¹ Neste sentido, vale a pena contrapor o estudo de Rivair Macedo à conhecida referência de J. LE GOFF (Dir.), *Hérésies et sociétés des l'Europe pré-industrielle*, Paris, Mouton & Co/École Pratique des Hautes Études, 1968.

⁴² C. F. CARDOSO, *Um Historiador Fala de Teoria e Metodologia*, Bauru, EDUSC, 2005, p. 255-282.

⁴³ *Ibidem*, *Heresia, Cruzada e Inquisição na França Medieval*, Porto Alegre, EDPUCRS, 2000, p. 250-253.

⁴⁴ Proposição de base que, para os medievalistas brasileiros decorre, em grau elevado, do famoso artigo de J. LE GOFF, "A política será ainda a ossatura da História?", em IDEM, *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa. Edições 70, 1983, constituindo-se em referência primordial da linha de pesquisa consubstanciada no *Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos* (Scriptorium – UFF), em inúmeras dissertações e teses dedicadas à realeza ibérica e orientadas pela Prof.^a Dr.^a Vânia Leite Fróes.

⁴⁵ Ver os textos de Daniel Valle Ribeiro que compõem a coletânea J. A. C. R. de SOUZA, *O Reino e o Sacerdócio*, Porto Alegre, EdPUCRS, 1995. Do mesmo autor, ver ainda: "Igreja e Carolíngios: nova idéia de Estado", *Veritas*, Belo Horizonte, v. 40, n. 156, p. 379-390, 1995; "O Oriente e o Ocidente na correspondência de Gregório Magno", *Signum*, São Paulo, v. 4, p. 153-179, 2002. Além de D. V. RIBEIRO, *A Cristandade do Ocidente Medieval*, São Paulo, Atual Editora, 1995.

⁴⁶ N. PACAUT, *La Théocratie: L'Église et le pouvoir au Moyen Age*, Paris, Desclée, 1989.

⁴⁷ H.-X., ARQUILIERE, *L'Augustunisme Politique: essai sur la formation des théories politiques du Moyen Age*, Paris, J. Vrin, 1956.

⁴⁸ A referência deste comentário é retirada de R. CHARTIER, *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*, Porto Alegre, EdUFRGS, 2002, p. 23-60.

mais comedidas nos territórios da antropologia. Segundo ele, ao reformular seu instrumental conceitual e metodológico por meio de contribuições do trato etnológico de pesquisa, o medievalista deve policiar-se para não incorrer em “sublimações” do político, retendo os fenômenos do poder nas malhas do signo, sob o custo de afastá-los da concretude das pressões históricas ou das especificidades que as experiências coletivas impõem ao exercício da autoridade, aos limites da obediência, ao emprego legítimo da violência, ao raio da ação das instituições... Marcelo Cândido mantém sob sua mira um risco de uma “estilização” das relações de poder na Idade Média, expressa na recorrência com que os historiadores privilegiam as inflexões ritualísticas em detrimento do cálculo estratégico, o universalizável ao singular, a homogeneidade conceitual à multiplicidade do real...

A Antropologia política contribuiu de maneira decisiva para a ampliação do domínio do político para além da racionalidade ocidental e do Estado Moderno. Entretanto, se reconhecermos no “inventário das diferenças” uma das bases da história política, o procedimento antropológico, pelo menos o da antropologia estruturalista, coloca alguns problemas de difícil solução: (...) a superinterpretação dos ritos e cerimônias, (...) um modelo de Poder de pretensões universalistas, (...) a homogeneização conceitual e analítica...⁴⁹

Características semelhantes podem ser extraídas dos trabalhos de Leila Rodrigues da Silva, no quais o recurso às “mentalidades” chega a ser tão somente tangencial. E isto não apenas devido à exigência ditada por seu domínio de pesquisas – a península ibérica visigótica – de diálogos mais estreitos com uma historiografia sensivelmente distinta daquela francesa – no caso, a espanhola de um José Orlandis⁵⁰ e de um Luis Garcia Moreno⁵¹ –, mas também pelo fato de que as bases analíticas em que suas problemáticas são construídas parecem pender em direção à sociologia clássica.⁵² Já que com certa constância seus estudos reincidentem em temas como a construção da distinção social (daí a possibilidade de um estudo do “*material produzido no reino suevo referente à sexualidade [e] sua nítida distinção entre as obrigações de fidelidade no matrimônio entre homens e mulheres*” como viés para a exploração “*dos fundamentos do paradigma de comportamento*” destas populações de então⁵³); a transformação dos processos de normatização dos comportamentos coletivos (perspectiva ilustrada em suas abordagens da modulação da conduta clerical através do “*discurso eclesiástico disciplinador sobre o corpo*”⁵⁴) e as clivagens sociais sobre as quais se fundamenta a imposição de um modelo de ordem coletiva e de exercício do poder (daí o equacionamento do processo de “*inserção dos poderes episcopais nos centros urbanos da Hispânia dos séculos VI e VII e a expansão de sua*

⁴⁹ M. C. da SILVA, “O Poder na Idade Média: entre a ‘história política’ e a ‘antropologia política’”. *Signum*, n. 05, 2003, pp. 233-252

⁵⁰ J. ORLANDIS, *Historia de España. La España Visigótica*, Madrid, Gredos, 1977.

⁵¹ L. GARCIA MORENO, *Historia de España Visigoda*, Madrid, Catedra, 1989.

⁵² Por “sociologia clássica” nos referimos à extensa e plural herança intelectual que vai de Karl Marx a Pierre Bourdieu. Ver Ch. CAMIC (ed.), *Reclaiming the Sociological Classics: The State of the Scholarship*, Oxford, Blackwell, 1997; S. TURNER (ed.), *Social Theory and Sociology: the classics and beyond*, Oxford, Blackwell, 1996.

⁵³ L. R. da SILVA, “O Adultério no Reino Suevo: a confluência das perspectivas germânica e romano-cristã”, *Signum*, n. 06, 2006, pp. 159-187.

⁵⁴ L. R. da SILVA, “Trabalho e corpo nas regras monásticas hispânicas do Século VII”, em *Atas do V Encontro Internacional de Estudos Medievais da ABREM*, Salvador, 2005, pp. 192-198; L. R. da SILVA, “A atenção ao corpo na obra de Leandro de Sevilha dedicada à Florentina”, *História Revista* (UFG), v. 11, p. 79-88, 2006.

*influência através de instituições escolares, administrativas e de assistência material e jurídica às populações urbanas*⁵⁵).

Não seria desmedido afirmar que perspectivas como estas, parcimoniosas em seus apelos à antropologia, delineiam o princípio de que, amparado por um cabedal analítico adequado, o respaldo das fontes é a opção mais segura para proteger-se do risco de uma "hiperteorização", para muitos a herança malquista deixada pelo "estruturalismo" e sua ambição paradigmática (ou seria quixotesca?) de tornar-se a grande *Ars Combinatoria* das Ciências Humanas.⁵⁶ Nos referimos ao axioma aí tacitamente veiculado de que a capitalização de um rigor metodológico é forma mais segura de fornecer ao medievalista a rota de escape das armadilhas de teorias hiperbólicas, arremates de abstração, inflexões abusivas. E neste caso poderiam ser ainda relacionados, em que pesem suas especificidades, trabalhos de Ricardo da Costa, Renan Frighetto, Terezinha Oliveira, Angelita M. Visalli, Adriana Zierer e Maria Filomena Coelho.⁵⁷

Porém, a pesquisa em História Medieval realizada no Brasil conta ainda com *fronts* em que se sustentam rupturas mais drásticas para com a herança *annaliste*.

Tendência em que poderiam ser abrigadas as pesquisas de Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva. No encaixe de objetos de estudo em que a "história das mentalidades" mal resvalou - tal como as relações de gênero -, seus trabalhos são apanhados nas malhas da brusca virada lingüístico-pragmática operada na filosofia contemporânea por um Ludwig Wittgenstein⁵⁸ e um John Rogers Searle,⁵⁹ o que os inscreve em meio a referências teórico-metodológicas associadas ao tão abrangente quanto ambivalente "pós-modernismo".⁶⁰ Andréia Frazão opta pela escrita de uma história em cuja arquitetura temporal a continuidade e a coesão estrutural das mentalidades e do cultural são substituídas pela descentralidade e descontinuidade dos "discursos"; na qual os comportamentos coletivos são considerados grandezas intrinsecamente representativas e semióticas; em que a centralidade durante muito tempo atribuída aos interesses materiais e a papéis sociais sistêmico-funcionais na regência dos tecidos sociais é destronada por emaranhados jogos de

⁵⁵ Respectivamente L. R. da SILVA, "Algumas considerações acerca do poder episcopal nos centros urbanos hispânicos - séc. V ao VII", *História: Questões e Debates*. Instituições e poder no medievo, Curitiba, Programa de Pós-Graduação em História da UFPR/ Editora da UFPR, v.37, pp. 67-84, jul-dez 2002. Ainda no sentido desta perspectiva assumida em seus trabalhos pode ser útil consultar, da mesma autora, "O discurso eclesiástico e a marginalidade: considerações sobre normas de conduta cristã nos *Synonymorum libri duo* e *Sententiarum libri* de Isidoro de Sevilha", em T. OLIVEIRA e A. VISALI (eds.), *Cultura e Educação. Ética e Ação Política na Antigüidade e na Idade Média*, Vitória da Conquista, EUSB, 2007, v. 1, pp. 311-321.

⁵⁶ J.-M., BENOIST, *La Revolution Structurale*, Paris, Grasset, 1975; F. DOSSE, *História do Estruturalismo*, São Paulo, Ensaio; Campinas, EDUNICAMP, 1994, 2. vol.

⁵⁷ Ver, do primeiro, por exemplo, a série de artigos de sua autoria disponibilizados em <http://www.ricardocosta.com>; R. FRIGHETTO, *Cultura e Poder na Antigüidade Tardia Ocidental*, Curitiba, Juruá, 2000; T. OLIVEIRA e A. M. VISALLI (eds.), *Cultura e Educação: Ética e Ação Política na Antigüidade e Idade Média*, Vitória da Conquista, BA, Edições UESB, 2007; A. M. de S. ZIERER, "O Rei no Imaginário Medieval (Séculos XI-XVI)", em T. OLIVEIRA e A. VISALLI (eds.), *Cultura e Educação...*, *op. cit.*, pp. 357-371; M. F. COELHO, *Expresiones del Poder Feudal: El Císter Femenino en León (Siglos XII y XIII)*, León, Universidad de León, 2006.

⁵⁸ L. WITTGENSTEIN, *Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

⁵⁹ J. R. SEARLE, *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge: At the University Press, 1969. Para o impacto desta guinada lingüístico-pragmática na historiografia em geral ver: G. G. IGGERS, *Historiography in the Twentieth Century: From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*, Hanover, NH : Wesleyan University Press, 1997; W. THOMPSON, *Postmodernism and History*, New York, Palgrave Macmillan, 2004.

⁶⁰ A. C. L. F. da SILVA, "Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero", *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n. 6, 2002, p. 194-223; A. C. L. F. da SILVA, *Reflexões sobre o uso ...*, *op. cit.*

linguagem, por intrincadas e difusas tramas significação e sentido...⁶¹ Premissas que desobrigam o medievalista a guiar suas pesquisas por princípios sobre os quais os *nouveaux* amparavam o estudo da História Medieval, como de uma "captura verídica do real" – isenta de incertezas ou constrangimentos epistemológicos em sua cientificidade ou mesmo de uma dosagem de especulação subjetiva⁶² – e um "perspectivismo globalizante":

(...) destacamos que nosso trabalho se assenta no paradigma pós-moderno e, portanto, dentre outros pontos, realçamos a subjetividade dos sujeitos e da linguagem; defendemos que a apreensão do real só é possível através dos signos, das interpretações, das representações; elegemos o estudo do particular, renunciando à busca pelas origens, regularidades ou leis causais e gerais para a explicação dos fenômenos; privilegiamos as invenções, as inconstâncias, as contradições; problematizamos a configuração das identidades.⁶³

Desta forma, transitando das vagas estruturalistas das mentalidades à crítica sagital dos pós-modernos, explorando objetos que se estendem desde a imensidão oceânica de medos coletivos ao novelo espinhoso das relações políticas, os estudos brasileiros versados sobre História Medieval exibem-se versáteis e promissores. Entretanto, à altura da promessa de crescimento criada por este mesmo campo, permanecem suas dificuldades, igualmente múltiplas e expressivas: bibliotecas limitadas, políticas de aquisição equivocadas, distância dos principais acervos documentais, dos centros de pesquisa e dos especialistas europeus constituem os principais obstáculos que limitam o pleno desenvolvimento da pesquisa em História Medieval no Brasil (e na América Latina em geral). Eis porque, aproximando-se o fim deste ensaio, parece-nos inevitável um reencontro com esta indagação: quanto ao futuro imediato, o que nos reserva a Roda da Fortuna? Ou, dito de outra forma: já será possível, de fato, falar de consolidação do campo no Brasil? Ora, se todos os obstáculos acima mencionados encontram-se na raiz deste questionamento, certamente não é menor o peso do preconceito e da estigmatização de que são, ainda hoje, alvo os pesquisadores que, no âmbito de nossas universidades – centros principais, e praticamente únicos, de pesquisa existentes no Brasil – dedicam-se à História Medieval.⁶⁴

Subsiste, como perspectiva mais ou menos difusa, mais ou menos explícita, em nosso meio acadêmico, a percepção de que o longo período identificado por Idade Média não nos diz respeito (aos latino-americanos, em geral, e aos brasileiros, em particular!), envolta por um véu de exotismo diletante ao qual se dedicam, consumindo verbas públicas e postos universitários (mesmo que em ínfima escala), um número restrito de profissionais alienados e alienantes, um incrível exército de Brancaleones estrangeiros em seu próprio domicílio. Ao

⁶¹; A. C. L. F. da SILVA, "Gênero e descrições corporais na hagiografia mediterrânea no século XIII: um estudo comparativo", em N. THEML, F. LESSA e R. M. C. BUSTAMANTE (eds.), *Olhares do Corpo*. Rio de Janeiro, Mauad, 2003, v. 1, pp. 28-40; A. C. L. F. da SILVA, "Milagre, santidade e gênero no século XIII", em *Atas do I Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos Medievais*, Rio de Janeiro, H.P. Comunicações Editora, 2006. v. 1. pp. 71-79.

⁶² Obviamente, tão caracterização dos *nouveaux* comporta manifesta carga de generalização, não podendo ser automaticamente estendida a todos seus representantes. Um bom exemplo de *annaliste* que se esquia significativamente de tal caracterização pode ser encontrado em G. DUBY, G. LARDREAU, *Diálogos sobre a Nova História*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

⁶³ A. C. L. F. da SILVA, "O corpo e a carne: uma leitura das obras Vida de Santo Domingo de Silos e Vida de Santa Oria a partir da categoria gênero", *Revista Estudos Feministas*, v. 14, 2006, p. 387-408.

⁶⁴ Parece-nos ser consideravelmente mais amena esta sensação entre os especialistas e profissionais brasileiros do campo da Literatura, segundo a pesquisa realizada com profissionais brasileiros, argentinos, chilenos e uruguaios na preparação da intervenção dos participantes da mesa "Être médiéviste ailleurs: le Moyen Âge vu d'Amérique latine", organisée par Eliana Magnani (CNRS, Auxerre/Dijon, modératrice), dans le XXXVIII Congrès de la SHMESP, *Être historien du Moyen Âge au XXI^e siècle* (Samedi 2 Juin – Université de Marne-la-Vallée – 15h).

menos parece ser esta a sensação experimentada por vários profissionais que atuam no âmbito de nossas universidades. De uma enquete⁶⁵ realizada com sessenta e três deles, cerca de 1/3 dos entrevistados arrolaram, dentre as dificuldades que envolvem a atuação na área de História Medieval em terras latino-americanas, a falta de reconhecimento, de apoio e incentivo por parte de profissionais, departamentos e programas de pós-graduação em História. Segundo o depoimento de uma especialista vinculada a uma importante instituição de ensino superior do Estado do Rio de Janeiro, os estudantes que demonstram particular interesse pela História Medieval chegam a ser desencorajados por professores de outras áreas, aconselhados a vincularem-se a períodos “mais fáceis” e “mais pertinentes”. Para outro profissional brasileiro que, à época da entrevista lecionava em instituição privada em outro estado da federação, o preconceito contra os estudos medievais – seu caráter exótico, inútil e descolado da realidade brasileira – materializa-se, ademais, na restrição de recursos para a pesquisa e de veículos de publicação e divulgação, bem como na tendência ao esvaziamento do conteúdo de História Medieval nos currículos do ensino fundamental brasileiro.

Tratar-se-ia de uma tendência especificamente brasileira? Parece-nos que não, ao considerarmos as manifestações de colegas chilenos e argentinos. Por exemplo, no primeiro destes países, ainda que institucionalizada a disciplina, ela seria considerada “algo muito estranho ao meio chileno”, avaliação plenamente referendada por duas especialistas argentinas, segundo as quais “registra-se um questionamento direto da utilidade destas parcelas do saber no contexto latino-americano”. Pesaria, ainda, contra os medievalistas latinos, o pressuposto de que há uma clara e direta relação entre a área de especialização e o posicionamento político individual. Segundo um Mestre formado por uma universidade do interior do Estado de São Paulo (Brasil), da opção pelos estudos medievais decorreu a sua imediata rotulação como um conservador, reacionário e de direita. No âmbito do curso de Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, não são poucos os alunos com os quais temos contato que já vimos se questionarem acerca da aparente contradição existente entre a opção pelos estudos medievais e um posicionamento político de esquerda!

A experiência vivenciada por outra docente de uma prestigiosa instituição federal de ensino superior brasileira, talvez nos permita considerar a extensão do problema. Segundo a profissional,

desde a iniciação científica fui acusada de estudar assunto sem importância para a realidade nacional. O ingresso no doutorado também não foi tranquilo; apesar de aprovada no concurso, meu ingresso foi discutido em reunião do Conselho da Pós-Graduação e, na ocasião, foi questionada a validade de uma universidade pública brasileira manter uma pesquisa sobre a ‘história do outro’ (da Espanha medieval).⁶⁶

No caso específico que acaba de ser referido, o “outro”, em tese absolutamente estranho à nossa realidade, constitui uma das potências européias do século XVI diretamente relacionada à conquista e colonização das Américas do Sul e Central! Como conceber que esta história não nos diz respeito? Por outro lado, nosso direito de cidadania – que enfim conquistado não seria algo a se desprezar – deve manter-se atrelado a uma espécie de “instrumentalização do passado”, franqueando-se-nos apenas aquela sua porção (sempre duvidosa em seu estabelecimento) indispensável ao nosso próprio auto-conhecimento. Será este o limite da legitimidade da Idade Média “produzida na América Latina”? Enfim, a quem pertence o futuro deste passado?

Parece-nos claro que a “Idade Média” constituiu um importante “laboratório humano” cujo sentido e importância superam, inclusive, qualquer limitada perspectiva acerca de

⁶⁵ Ver, para todas estas referências, os questionários disponíveis em congres.paris2007@gmail.com.

⁶⁶ *Ibidem*.

heranças diretas suas que possamos reconhecer ainda "(sobre)vivas" em nosso meio. Cadinho de uma vigorosa e múltipla vivência humana, essa "fatia de duração" nos transcende e interessa, não por aquilo que romanticamente teria a nos ensinar, mas pelo que ali configurou a luta humana pela subsistência, pela sobrevivência, pela reprodução, pela eternização, de que somos, em grande parte, manifestação. Muito menos do que um passado perdido no tempo, era remota, objeto de curiosidade de "antiquários", o que a Idade Média nos ajuda a desvelar é o que temos de mais específico, distintivo e marcante em nossa contemporaneidade, a sua historicidade.

Por fim, uma declaração que, tornada possível configura um débito não menor dos historiadores, da Idade Média inclusive, em relação aos *Annales*, o direito pleno e desavergonhado, que nos foi reconhecido, à expressão de emoções. De nossa parte, a História é paixão pela espécie, paixão pelo humano, e se realiza em toda e qualquer manifestação sua, alheia a limitações, sobretudo temporais. Talvez seja esse o sentido maior a atribuir-se à célebre máxima proferida um dia, em terríveis condições, por um grande medievalista, cuja nota nos permitimos dispensar: "*O historiador deve ser como o ogro da lenda. Ele deve estar onde farejar a carne humana*".